



BOLETIM LUA NOVA

N.2, janeiro de 2019



boletimluanova.org



BOLETIM LUA NOVA 2019

Página web: <https://www.boletimluanova.org>

E-mail: boletimluanova@cedec.org.br

Comissão editorial

Álvaro Okura

Unicamp

Angelo Lira

*PPGRI San Tiago Dantas
(Unesp - Unicamp - Puc-SP)*

Isabella Meucci

Unicamp

Leonardo Octávio Belinelli de Brito

USP

Natália Mello

USP

Raniery Parra

UnB

Colaboradoras

Andréia Fressatti

Unicamp

Carla Vreche

Unicamp

Cornélia Crucean

Unicamp

Neusa Maria Pereira Bojikian

INCT-INEU

Centro de Estudos de Cultura Contemporânea - CEDEC



São Paulo, Janeiro de 2019

CONTINUAR A PENSAR A DEMOCRACIA

// Pensar sobre a nossa própria ação nesse momento de rápidas mudanças: eis o desafio que se oferece, não apenas aos que se situam no campo da oposição ao atual regime brasileiro, como também a todos os que assumiram o compromisso de fazer nascer no Brasil uma sociedade nova. Essa reflexão tem de ser necessariamente aberta, ampla e democrática. Polêmica e criativa. Não queremos apresentar, apenas, os pontos de vista dos que acreditam que já têm soluções para os nossos problemas. Queremos uma revista capaz de afrontar a realidade a partir de uma reflexão plural, apoiada na diversidade de pontos de vista que formam a sociedade.”

O trecho do editorial de fundação da Lua Nova exprime com clareza o compromisso que marca o CEDEC desde a sua fundação, o de pensar criticamente as possibilidades de uma democracia substantiva no Brasil. É movido por esse projeto intelectual que surge o Boletim Lua Nova, iniciativa editorial que visa ampliar o espaço de elaboração cultural do centro e refletir sua trajetória, que já soma mais de quatro décadas. A sua missão será a de organizar e selecionar o que se produz nas ciências humanas brasileiras e internacionais de acordo com as abordagens e temas que marcaram a história de seus estudos sobre a cultura contemporânea. Marcado por empreendimentos criados em momentos críticos da história brasileira, o CEDEC lança seu Boletim partindo do pressuposto de que conhecimento organizado e atualizado, bem como a animação de debates abertos e com orientações plurais, são elementos essenciais para o estímulo de reflexões intelectualmente potentes, tão necessárias em momentos de ameaças à democracia.

O Boletim Lua Nova deverá contar com seções que organizam notícias acadêmicas e publicações recentes nas áreas de interesse de seus leitores, além de entrevistas com intelectuais atuantes nesses campos. Conjuntamente, trará resenhas de livros, ensaios bibliográficos, notícias de teses recém-defendidas e relatos de eventos organizados no CEDEC ou por seus membros.

Assim, o Boletim Lua Nova será bem-sucedido se for um espaço que consiga dinamizar e fortalecer debates intelectualmente situados e abertos ao diálogo franco, elementos característicos do CEDEC e de suas iniciativas editoriais.

SUMÁRIO

Notícias acadêmicas.....	4
4º Seminário de Relações Internacionais: As Diretrizes Curriculares Nacionais e seus impactos para as Relações Internacionais no Brasil.....	4
Relatos de eventos.....	5
Como as democracias morrem.....	5
Seminário “Antonio Candido 100 anos”.....	7
Marx 200.....	9
Seminário Internacional Democracia e desigualdade na América Latina.....	11
Construindo a resistência.....	12
Resenhas de livros.....	14
BOITO JR., Armando. Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT – Daniela Costanzo	14
MICELI, Sérgio. Sonhos da Periferia – Ivo Paulino Soares	17
Resenhas de teses.....	19
War is peace: the US security discursive practices after the Cold War – Bárbara Vasconcellos de Carvalho Motta	19
O Sistema Interamericano de Direitos Humanos e a Justiça de Transição: Impactos no Brasil, Colômbia, México e Peru – Bruno Boti Bernardi	22
Ensaio bibliográfico.....	24
Jessé Souza, o crítico da “crítica”? – Lucas Baptista	24
Memória.....	29
Entrevista com o professor Sebastião C. Velasco e Cruz.....	29
Revisitando os clássicos.....	34
O que faremos com os militares? – Eurico Figueiredo	34



NOTÍCIAS ACADÊMICAS

Essa seção pretende reunir informações e notícias acadêmicas que dialoguem com os interesses dos leitores da Lua Nova

4º SEMINÁRIO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS: AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS E SEUS IMPACTOS PARA AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO BRASIL

Nos dias 27 e 28 de setembro de 2018, a Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI) promoveu o 4º Seminário de Relações Internacionais: As Diretrizes Curriculares Nacionais e seus impactos para as Relações Internacionais no Brasil. O evento aconteceu na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), campus Parque Tecnológico de Itaipu (PTI), em Foz do Iguaçu (PR).

Os seminários organizados pela ABRI possuem o objetivo de fortalecer as discussões no âmbito das áreas temáticas, promovendo a integração dos acadêmicos que se dedicam ao estudo de temas pertinentes às várias subáreas das Relações Internacionais. No 4º Seminário foram discutidos os impactos da recente aprovação de Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para os cursos de Graduação em Relações Internacionais no Brasil, visto que em 5 de outubro de 2017 foi publicada no Diário Oficial da União a Resolução nº 4, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que institui as DCNs para o curso de Graduação em Relações Internacionais, bacharelado, e dá outras providências.

Nesse sentido, foram promovidas mesas-redondas com o objetivo de discutir os impactos desse documento para cada área temática, bem como os diferentes desafios e possibilidades que ele suscita. Foram elas: “O papel das Instituições e Regimes Internacionais no fortalecimento (ou não) do multilateralismo - e o impacto dessa discussão para as DCNs dos cursos de Relações Internacionais”; “Políticas externas latino-americanas: desafios teóricos e estratégicos”; “Epistemologias, Teorias e Analíticas das RI desde a América Latina”; “Tendências dos Estudos de Segurança Internacional”; “Descolonização e emancipação: novos desafios para o ensino de História das Relações Internacionais”; “As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) e seus desafios locais para Ensino, Pesquisa e Extensão”; “EPI no Brasil: Balanço e perspectivas”.

Além disso, foram discutidos trabalhos em Painéis, Workshops Doutorais e Mostra de Iniciação Científica, agrupados de acordo com as sete áreas temáticas da Associação:



Análise de Política Externa; Economia Política Internacional; História das Relações Internacionais e História da Política Externa; Instituições e Regimes Internacionais; Segurança Internacional, Estudos Estratégicos e Política de Defesa; Teoria das Relações Internacionais; Ensino, Pesquisa e Extensão. Também ocorreram reuniões de coordenadores dos cursos de Graduação e de Pós-graduação em RI e foram lançados treze livros da área.

Ainda nesse encontro, foram premiados os seguintes trabalhos: “Sentinelas da fronteira: notas sobre o papel dos representantes diplomáticos na fronteira platina”, de autoria de Abiane de Alcântara Carneiro, Felipe Martins dos Santos, Fernanda Silva de Moraes, Frans Sales Gonçalves Alves, Jonathan Ramos Oliveira, Leila Anasol Maciel, da UNILA, como melhor trabalho de Iniciação Científica; “Aquisições transnacionais de terra em Moçambique: uma interpretação Pós-Colonialista”, de Maria Eduarda de Andrade e Sousa, da Universidade Estadual da Paraíba, como melhor dissertação de mestrado na área; e, “Crisis and Critique in International Relations Theory”, de Natália Maria Félix de Souza, da PUC-Rio, que ganhou o prêmio de melhor tese de doutorado.

RELATOS DE EVENTOS

Essa seção contará com relatos de eventos das áreas de interesse daqueles que leem e publicam na Lua Nova

COMO AS DEMOCRACIAS MORREM

Data: 8 de agosto

Local: Instituto Fernando Henrique Cardoso (IFHC)

No dia 8 de agosto, no Instituto Fernando Henrique Cardoso (IFHC), o cientista político norte-americano Steven Levitsky (Harvard University) pronunciou a palestra “Como as democracias morrem”, homônima do livro escrito por ele em parceria com Daniel Ziblatt (Zahar, 2018). A exposição de Levitsky foi estruturada em três momentos.

No primeiro, o cientista político norte-americano expôs as principais teses de seu livro. Segundo ele, as democracias contemporâneas não “morrem” mais como no período da Guerra-Fria, no qual eram “mortas” por sujeitos armados, como generais e outras figuras do mesmo tipo. Atualmente, a maior ameaça à vida das democracias viria



de sujeitos eleitos, os quais lhes instituiriam processos debilitadores mais sutis. Isso porque, em geral, não haveria eventos dramáticos, visto que costumam continuar a existir as eleições, os parlamentos e as constituições. Exemplares disso seriam as atitudes tomadas por figuras como Hugo Chávez (Venezuela), Vladimir Putin (Rússia), Daniel Ortega (Nicarágua), Recep Erdogan (Turquia), Victor Orban (Hungria), Rafael Correa (Equador). Todos eles teriam utilizado regras constitucionais para ferir o “espírito” das leis.

Segundo Levitsky, a manutenção dos regimes democráticos seria possibilitada pela obstrução da chegada de candidatos autoritários ao poder político. Para tanto, ele e Ziblatt reelaboraram algumas das hipóteses formuladas por Juan Linz a respeito da identificação de candidatos autoritários, cujas características básicas seriam: a rejeição das regras democráticas; a tolerância ou o incentivo à violência; a negação da legitimidade de seus oponentes e a vontade de restringir as liberdades civis de seus adversários. De acordo com Levitsky, a manifestação de qualquer uma dessas características seria suficiente para classificarmos um candidato como autoritário. Embora não se trate de um “teste” perfeito, o autor observou que, em geral, os candidatos autoritários costumam expressar essas características.

Além disso, o cientista político norte-americano pontuou que dificilmente esse tipo de candidato chega ao poder sem o apoio de setores políticos tradicionais, em geral tanto motivados pelos benefícios de curto prazo da vitória política, como pela crença de que poderiam controlar os arroubos do outsider. Levitsky apresentou diversos exemplos históricos em que esse raciocínio teria sido feito e frustrado. Por isso, advertiu que seria preciso que os políticos do establishment resistissem à tentação de se vincular a esse tipo de candidato, mesmo que isso lhes custe apoiar candidatos com ideologias distintas das suas.

Por esse prisma, percebe-se uma das principais teses do livro de Levitsky e Ziblatt: as constituições liberal-democráticas não são suficientes para garantir o regime democrático. Elas precisam estar apoiadas sobre o que os autores chamam de “normas democráticas”, tipo específico de regras não-escritas que garantem o funcionamento do regime democrático. Levitsky destacou duas delas: 1) a tolerância mútua entre os rivais políticos e 2) o autocontrole dos políticos, que devem evitar fazer o que o autor chamou de “jogo pesado da constituição”.

A primeira das regras se baseia na ideia de que os rivais não podem ser tomados como inimigos; ou seja, os oponentes deveriam aceitar que seus rivais têm posicionamentos legítimos. Já a segunda regra é mais complexa: fundamenta-se na ideia de que os atores políticos devem usar seus poderes de modo moderado, sob pena de produzir situações de polarização política que poderiam dar início ao fim do regime democrático. Entre os exemplos mencionados do “jogo pesado da constituição” estavam o impedimento de Fernando Lugo (Paraguai, 2012).



A segunda parte da exposição de Levitsky se concentrou na situação norte-americana, razão para a elaboração do livro. Segundo ele, as “normas democráticas” estariam se enfraquecendo nos Estados Unidos desde o início do século XXI. Embora a constituição norte-americana seja resistente, Levitsky aponta que a forma da oposição republicana ao governo Barack Obama (Partido Democrata) e a ascensão de Donald Trump (Partido Republicano) – político com viés autoritário, segundo Levitsky – sinalizaram claramente o esgarçamento dessas regras não-escritas. Qual a razão para isso? Segundo o autor, essa polarização política seria originada da polarização social derivada da insatisfação dos eleitores brancos e cristãos, geralmente vinculados ao Partido Republicano, com a perda de seu protagonismo social, econômico e cultural.

A parte final da exposição do autor teve como objeto a situação eleitoral brasileira. Segundo Levitsky, o então candidato Jair Bolsonaro (PSL) é uma “figura completamente autoritária”, como sinalizariam seus posicionamentos mais antidemocráticos do que aqueles tomados por Erdogan, Chávez, Orban e Fujimori. Para Levitsky, a democracia brasileira era relativamente sólida, especialmente se comparada à de seus vizinhos, mas se enfraqueceu na última meia década. A tolerância mútua e o autocontrole teriam deixado de ter o poder regulador desde o início do segundo mandato de Dilma Rousseff (PT), como sinalizariam o seu impedimento e a prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Para o autor, embora ambos fossem procedimentos legais, a forma como foram feitos agravou o cenário de polarização que já vinha dos setores frustrados com as repetidas vitórias eleitorais do PT. O quadro resultante desse processo seria a desconfiança generalizada entre os rivais, que passam a entender seus opositores como antidemocráticos.

SEMINÁRIO “ANTONIO CANDIDO 100 ANOS”

Data: 10 a 13 de setembro

Local: prédio de História e Geografia da USP

O correu, entre os dias 10 e 13 de setembro, o seminário “Antonio Candido 100 anos”. Sediado no auditório Nicolau Sevcenko, localizado no prédio de História e Geografia da Universidade de São Paulo (USP), o evento foi organizado pela Articulação Discente pelo Pensamento Brasileiro e pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Além disso, o evento também teve o apoio do Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania (Cenedic) e da editora 34.

A mesa de abertura contou com a diretora da Faculdade de Filosofia, professora Maria Arminda do Nascimento Arruda (Sociologia – USP), e com as professoras Laura de Mello e Souza (História – USP) e Marina de Mello e Souza (História – USP), ambas filhas do homenageado. Além da saudação, a prof. Maria Arminda do Nascimento



Arruda destacou a importância das novas gerações de estudiosos do pensamento brasileiro. Por sua vez, a prof. Marina de Mello e Souza sublinhou o afeto que os estudantes tinham por seu pai. Já a prof. Laura de Mello e Souza comentou a importância da Faculdade de Filosofia na vida de Antonio Candido.

Logo em seguida, ocorreu a primeira mesa do evento, intitulada “Memória”. A professora Walnice Nogueira Galvão (Teoria Literária – USP) analisou as preferências literárias de Antonio Candido, entre as quais se destacavam Victor Hugo, Johann Wolfgang von Goethe, William Shakespeare e Marcel Proust. A professora Salete Cara (Letras Clássicas e Vernáculas – USP) analisou o pensamento dialético de Candido e as suas ressonâncias na atualidade. Finalizando a mesa, Laura Escorel (História da Arte – Unifesp) apresentou a sua pesquisa, ainda em andamento, acerca do acervo fotográfico da família de Candido.

No segundo dia do evento, no qual a mesa principal foi chamada “Antonio Candido e as Ciências Sociais”, o professor Luiz Carlos Jackson (Sociologia – USP) contextualizou as disputas acadêmicas e políticas na formação da sociologia profissional paulista e seu impacto em *Os parceiros do Rio Bonito*, livro originado da tese de doutorado de Antonio Candido. Ademais, analisou os paralelismos do livro com alguns dos principais ensaios de formação nacional. Rodrigo Ramassotte (Antropologia – USP) buscou relacionar temas e enfoques que perpassaram a trajetória de Candido em três âmbitos: o da Sociologia, o da Crítica Literária e o da militância política.

No dia seguinte, na mesa “Antonio Candido, crítica e literatura”, o professor Marcos Antônio de Moraes (Instituto de Estudos Brasileiros – USP), estudioso do acervo de cartas de Candido recentemente chegado ao IEB, analisou a correspondência entre Antonio Candido e Mário de Andrade. A professora Adélia Bezerra de Menezes (Letras – USP) relacionou o modo de ser e de pensar de Antonio Candido à categoria, por ele mesmo forjada, de “pensamento radical” e formulou a ideia de que a proposta de Candido de direito à literatura como um direito humano pode ser vista como um dos ápices da atuação intelectual e política de Candido. O professor Flávio de Aguiar (Letras – USP) analisou o pertencimento de Candido à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

Na mesa que encerrou o evento, intitulada “Antonio Candido e a política”, a professora Margarida Vieira (Ciência Política – UFMG) destacou a evolução da militância política de Antonio Candido, com especial acento na sua atuação no período de formação do Partido Socialista Brasileiro (PSB). Procurando especificar o conteúdo do pensamento de esquerda de Candido, o professor Ricardo Musse (Sociologia – USP) sublinhou as afinidades de Candido com o chamado marxismo ocidental. O professor André Singer (Ciência Política – USP) analisou o livro *Um funcionário da monarquia: ensaio sobre o segundo escalão*, escrito por Candido entre 1975 e 1985, mas publicado apenas em 2002. Singer interpretou que é possível que Candido tenha percebido um conflito entre uma classe média desejosa do estabelecimento de



parâmetros impessoais no acesso aos recursos públicos e a elite política do país, praticante do patronato político. Por fim, o professor Paulo Arantes (Filosofia – USP) formulou a ideia de que a noção de socialismo de Antonio Candido seria mais profunda do que se costuma imaginar, visto que seria calcada numa ideia não-progressista de história.

No site de compartilhamento [Youtube](#) estão disponíveis as filmagens das mesas.

MARX 200

Data: 15 a 19 de outubro de 2018

Local: FFLCH - USP

Entre os dias 15 e 19 de outubro de 2018, nas dependências do prédio de Ciências Sociais e Filosofia da Universidade de São Paulo (USP), ocorreu o evento “Marx 200”, organizado por pós-graduados e pós-graduandos em Sociologia e Ciência Política da USP com o apoio da FFLCH-USP, do Departamento de Sociologia/USP, do Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania (Cenedic) e da editora Boitempo.

Na conferência de abertura, o professor Gabriel Cohn (Ciência Política-USP) discorreu sobre a importância que as noções de forma e modo têm no pensamento de Marx. Segundo Cohn, na operacionalização dessas categorias encontraríamos a dialética histórica de Marx em ação. Nesse caso, elas se oporiam às leituras que frisariam as categorias de Marx como cristalizações de entes sociais, como as classes sociais.

No dia seguinte, 16 de outubro, na mesa intitulada “Marxismo e Cultura”, Bruna Della Torre (Teoria Literária – USP) analisou a relação entre o Manifesto Comunista e a literatura, em especial no que diz respeito às possíveis relações de sua forma com aquelas assumidas pelos manifestos vanguardistas posteriores. Já Luiz Renato Martins (Escola de Comunicações e Artes – USP) expôs sua interpretação da relação de Charles Baudelaire e alguns de seus contemporâneos com a derrota operária de junho de 1848. Fábio Mascaro Querido (Sociologia – Unicamp) examinou a particularidade da obra de Roberto Schwarz. Ao final, Daniela Vieira (Sociologia – Unicamp) leu uma carta endereçada a Marx na qual investigava alguns dos principais traços da situação contemporânea.

No mesmo dia, ocorreu a mesa “As obras de Marx”. João Quartim de Moraes (Filosofia – Unicamp) discorreu sobre o lugar da ciência e sua relação com a filosofia na obra de Marx. Ricardo Musse (Sociologia – USP) averiguou o lugar do Estado no primeiro volume de O Capital. Tercio Redondo (Literatura e Língua Alemã – USP) tratou dos escritos literários do jovem Marx.



No dia 18 de outubro, na mesa “Marxismo e Trabalho”, Ludmilla Abílio (CESIT/Unicamp) investigou algumas das principais mudanças no mundo do trabalho atual e as dificuldades que elas acarretam para a teoria marxista. Paula Marcelino (Sociologia – USP) expôs uma periodização acerca da evolução dos estudos sobre as relações entre classes sociais, sindicalismo e reconfigurações do trabalho no Brasil. Ricardo Antunes (Sociologia – Unicamp) destacou o que entende ser as principais pistas lançadas por Marx em sua obra teórica para entender as atuais mudanças do mundo do trabalho.

Mais tarde, na mesa “Marxismo, Política e Crise contemporânea”, Ruy Braga (Sociologia – USP) explorou a relação entre marxismo e conjuntura e destacou que, a partir da crise econômica mundial de 2008, teria havido uma mudança de sentido do neoliberalismo. Segundo Braga, desde então, o neoliberalismo tem se mostrado cada vez mais incompatível com a democracia liberal. Armando Boito Júnior (Ciência Política – Unicamp) comentou os principais recursos fornecidos pelo marxismo e algumas de suas dificuldades para a realização de pesquisas na área de Ciência Política. De acordo com Boito Jr., a tradição economicista e a aversão ao estudo de outras correntes de pensamento, para sua posterior incorporação ao arcabouço teórico marxista, são duas das principais dificuldades para os estudos políticos marxistas. Leda Paulani (Economia – USP) realizou um panorama da relação entre modernidade e capitalismo segundo o marxismo. André Singer (Ciência Política – USP) frisou, por um lado, a importância de reconhecer a especificidade da dinâmica eleitoral como, por outro, os principais riscos da candidatura de Jair Bolsonaro (PSL) à democracia brasileira.

Na primeira mesa de 19 de outubro, cujo título era “Marxismo nas periferias do capitalismo”, Gabriel Siracusa (Ciência Política – USP) analisou os escritos de Marx sobre o Oriente. Por sua vez, Leonardo Octavio Belinelli de Brito (Ciência Política – USP) examinou a concepção de marxismo de Fernando Henrique Cardoso. Rafael Marino (Ciência Política – USP) observou a relação entre dialética e negatividade na obra de Roberto Schwarz. Por fim, Karina Fernandes (FASP e FCH) expôs os principais elementos teóricos da chamada Teoria Marxista da Dependência com especial atenção aos aspectos do livro *Dialética da dependência* (1973) de Ruy Mauro Marini.

Na mesa de encerramento, intitulada “Novas leituras de Marx”, Zaira Vieira (UEMC) fez uma exposição crítica a respeito das principais releituras de Marx no pós-1960, com destaque para a obra de Moishe Postone. Ricardo Pagliuso (UFBA) analisou a contribuição de Robert Kurz, como continuador da primeira geração da Teoria Crítica, para a releitura de Marx. Ao final, Wolfgang Leo Maar (Filosofia – UFSCAR) analisou a obra de Marx à luz da interpretação da Teoria Crítica.

No site de compartilhamento [Youtube](#) estão disponíveis as filmagens das mesas.



SEMINÁRIO INTERNACIONAL DEMOCRACIA E DESIGUALDADE NA AMÉRICA LATINA

Data: 18 e 19 de setembro.

Local: sala 14 do prédio de Filosofia e Ciências Sociais da FFLCH-USP.

Nos dias 18 e 19 de setembro, às 19 horas, ocorreu, na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), o seminário “Democracia e desigualdade na América Latina”, organizado pelos professores Nilton Ken Ota (Sociologia – USP), Ruy Braga (Sociologia – USP), André Singer (Ciência Política – USP), Bernardo Ricupero (Ciência Política – USP), Jean Tible (Ciência Política – USP) e Patrício Tierno (Ciência Política – USP). Apoiado pela FFLCH-USP, o evento visava, além de debater o tema que lhe dava nome, construir uma rede de pesquisa em torno dele a partir de um referencial teórico específico: a noção de “novo neoliberalismo” formulada pelo professor Christian Laval (Universidade de Paris Nanterre).

No dia 18, o professor Laval abriu o evento com uma conferência intitulada “Anatomia do novo neoliberalismo”, mediada pelo professor Ruy Braga. Além de expor a argumentação presente em *A nova razão do mundo* (Boitempo, 2016), livro escrito em parceria com Pierre Dardot, Laval buscou formular a tese do “novo neoliberalismo”, cuja marca distintiva seria sua aberta hostilidade à democracia. A eleição de Donald Trump nos Estados Unidos e a ascensão de diversos movimentos abertamente autoritários na Europa Ocidental foram tomados como exemplos. A conferência de Laval foi comentada pelos professores Leonardo Avritzer (Ciência Política – UFMG), Moira Zuazo (Universidade Livre de Berlim – Alemanha), Luciano Concheiro (Universidade Autônoma do México – México) e Sebastian Barros (Universidade Nacional da Patagônia – Argentina). Os comentários visavam colocar o diagnóstico feito por Laval em contato com a realidade latino-americana.

No dia seguinte, ocorreu a mesa-redonda “Os impasses atuais da América Latina”. Mediada pelo professor Avritzer, a mesa foi composta pelos convidados latino-americanos aos quais se somou o professor Singer. A professora Zuazo realizou um panorama da evolução política, econômica e social boliviana no período de ascensão e governo do Movimiento Al Socialismo (MAS), partido do presidente Evo Morales. Frisou, ao final de sua exposição, os recentes questionamentos sofridos pelo MAS, especialmente aqueles organizados pelo movimento “Bolívia dijo No”.

Em contraste com o cenário retratado pela professora Zuazo em sua exposição sobre a Bolívia, o professor Concheiro fez uma efusiva exposição sobre a situação mexicana. Futuro vice-ministro da Educação do governo de Andrés Manuel López Obrador, Concheiro destacou a relação entre Estado e capital no neoliberalismo e o seu resultado “genocida” no México. Utilizando o termo de Achille Mbembe, Concheiro



classificou o capitalismo mexicano de “necropolítico”, como revelaria, além das elevadas taxas de mortes, o fato de 40% do PIB do país prover do narcotráfico. Para se contrapor à essa dinâmica perversa, Concheiro expôs algumas das linhas de orientação que deverão ser adotadas pelo Movimiento Regeneración Nacional (Morena) no governo de López Obrador.

O professor Barros analisou o cenário político argentino, com destaque para a crise política e econômica do que chamou de “macrismo”. A adoção de políticas liberalizantes da coalizão “Cambiamos”, base política do presidente Mauricio Macri, seria calcada na desregulação da economia e nos ataques à noção de direitos, especialmente dos direitos humanos. De acordo com Barros, Macri reabilitaria a chamada “teoria dos dois demônios”, muito em voga no período ditatorial argentino, para fazer avançar o seu projeto de modernização. Um dos sinais disso seria a repressão estabelecida sobre os povos mapuches, sujeitos que não se enquadrariam aos ditames neoliberalizantes do governo.

Já o professor Singer lançou uma hipótese segundo a qual, no Brasil, estaríamos vivendo uma contradição entre uma necessidade eleitoral, a união das forças democráticas para derrotar o autoritarismo, e uma necessidade política, a de romper com o neoliberalismo. Retomando o exemplo do Syriza (Grécia), Singer destacou que talvez esse seja o principal problema enfrentado pela esquerda contemporânea. Reforçou, ainda, que, à sua maneira, a ex-presidente Dilma Rousseff tentou superar essa contradição e não foi bem-sucedida.

Encerrando a mesa, o professor Christian Laval fez comentários às exposições, os quais giravam em torno dos desafios de reorganização da esquerda diante do “novo neoliberalismo”.

Os vídeos das mesas podem ser acessados nos seguintes links:

https://www.youtube.com/watch?v=1VQojZ_oemo

https://www.youtube.com/watch?v=z8_yeRclKyl

CONSTRUINDO A RESISTÊNCIA

Data: 1 de novembro

Local: pátio do prédio de História e Geografia da USP

No dia 1 de novembro de 2018, o Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP) promoveu o debate “Construindo a resistência”, o qual contou com as participações do prof. André Singer (Ciência Política – USP), do prof. Vladimir Safatle (Filosofia – USP) e da profa. Marilena Chaui (Filosofia – USP). O debate



foi mediado pelo prof. Ruy Braga (Sociologia – USP). Por conta do número massivo de espectadores, o evento ocorreu no pátio do prédio de História e Geografia da USP.

André Singer organizou sua exposição em três momentos. No primeiro, realizou uma avaliação das eleições. Segundo Singer, a eleição foi mais emparelhada do que está se costumando supor. Esse equilíbrio seria fundamental para que a resistência ao governo do presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL), simpático a ideias de extrema-direita, tenha em mente que praticamente metade da população votou a favor da democracia, condição elementar para que haja mais avanços sociais. Ainda no que se refere a esse ponto, Singer destacou que seria um equívoco substantivo tomar todos os eleitores de Bolsonaro como simpatizantes do fascismo. De acordo com sua análise, apenas alguns grupos – proporcionalmente pequenos diante do todo da população – o seriam. Para Singer, os eleitores votaram contra a crise econômica.

No segundo momento de sua exposição, Singer afirmou que, embora não existam indícios cabais, parece haver um projeto autoritário em andamento. Um sinal disso teria sido o aceite do juiz federal Sérgio Moro em assumir o Ministério da Justiça no governo de Bolsonaro. Segundo Singer, isso não apenas reforçaria a impressão de que a Operação Lava-Jato, conduzida por Moro, tem aspectos partidários, como sugere que essa troca de lado de Moro indicaria sua adesão a um projeto repressivo. Por fim, no terceiro momento de sua exposição, Singer indicou que é necessária a criação de uma frente democrática. A seu ver, ela já está em andamento na sociedade civil, embora os partidos políticos estejam resistindo em aderir a mesma. Ademais, Singer destacou que as instituições parecem estar divididas, como indicaria o posicionamento unânime do Superior Tribunal Federal (STF) contra a invasão das universidades.

Vladimir Safatle iniciou sua análise lendo o poema “Aos que hesitam”, de Bertolt Brecht, para indicar que situações como a que vivemos já aconteceram e foram vencidas. Segundo Safatle, a vitória dependeria de uma ação de acordo com a gravidade do momento, em que se conjugariam, nas propostas políticas de Jair Bolsonaro, o neoliberalismo e algumas das características do fascismo. De acordo com Safatle, existiram três tipos de eleitores de Bolsonaro: o primeiro seria aquele que rejeita “tudo o que está aí” e viu na candidatura de extrema-direita uma alternativa de ruptura; o segundo seria o eleitor anti-esquerda/anti-petista e o terceiro seria aquele movido por sentimentos fascistas. Em outro plano, Safatle expressou críticas àqueles que acreditam que a ascensão de Bolsonaro ao poder poderia “civilizá-lo”, até porque seu governo, a ser regido por um programa econômico que agravará a crise econômica, deverá ser marcado por uma crise permanente. Nesse caso, a crise permanente será a forma de governo. Como estratégia diversionista, aparecerão outras pautas e disputas que evitem que as pessoas tomem consciência da estratégia econômica por ele perseguida. Retomando alguns de seus argumentos apresentados em outras ocasiões, Safatle afirmou que é preciso que a esquerda faça um esforço autocrítico que permita uma postura mais propositiva, especialmente para que se fortaleça.



Marilena Chaui organizou sua exposição em dois momentos. No primeiro, destacou que o medo era o tecido pelo qual a vida cotidiana se assentava durante o período 1964-1975, com destaque para o momento de vigência do Ato Institucional número 5. Ao analisar a vida política daquele momento, Chauí frisou a existência de milícias/esquadrões que agiam à margem da institucionalidade do Estado para reprimir os opositores do regime. Algo análogo estaria em gestação nesse momento.

No segundo momento de sua exposição, Chaui retomou a experiência de resistência organizada dos movimentos sociais e sindicais do período da redemocratização como ponto de partida para pensar possíveis estratégias para o presente. Segundo a filósofa, a resistência deve ser institucionalmente organizada em partidos, sindicatos, centros estudantis, entre outras formas. Esses grupos institucionalizados seriam responsáveis por organizar a reflexão e a ação de seus componentes. Nesse sentido, Chaui destacou que as possibilidades de ações espontaneístas e voluntaristas, com as quais a juventude atual estaria acostumada, estão provisoriamente fechadas.

O evento pode ser assistido no seguinte link:

<https://www.youtube.com/watch?v=ux4rh0cHL7g>

RESENHAS DE LIVROS

Essa seção conterà resenhas de livros recém-publicados que possam ser do interesse dos leitores de Lua Nova

BOITO JR., ARMANDO. REFORMA E CRISE POLÍTICA NO BRASIL: OS CONFLITOS DE CLASSE NOS GOVERNOS DO PT. CAMPINAS: EDITORA DA UNICAMP/SÃO PAULO: EDITORA UNESP, 2018.

Daniela Costanzo

Doutoranda em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP)

Dentre os diversos esforços intelectuais recentes para compreender a última crise econômica e política que levou ao impeachment da presidenta Dilma Rousseff, encontra-se o livro *Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT*, de Armando Boito Jr. Trata-se de uma reunião de artigos escritos pelo cientista político da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) na última década e, em alguns casos, em coautoria com Andréia Galvão, Alfredo Saad-Filho, Paula Marcelino e



Tatiana Berringer. As interpretações de Boito Jr. sobre a política brasileira já são conhecidas do público acadêmico e entre os movimentos e partidos de esquerda, mas alguns dos textos reunidos na nova coletânea são inéditos ou lançados no Brasil pela primeira vez.

O livro se divide em duas partes nas quais o autor tenta compreender o que representaram os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) e como chegaram ao fim. Um apêndice de resposta às críticas de Igor Fuser fecha a obra. O enfoque teórico explicitado pelo autor consiste em usar o marxismo para analisar a política brasileira, aproximando-a da economia e da sociedade; assim, o livro de Boito Jr. se afasta das correntes institucionalistas da Ciência Política, as quais colocariam o processo político como autônomo das demais esferas da vida social. Nesta perspectiva, os conflitos de classe são considerados o motor central do processo político.

Nesse sentido, dois conceitos de Nicos Poulantzas são essenciais na narrativa em questão, o de burguesia interna e o de bloco no poder. Para o autor, a burguesia interna brasileira - aquela que reúne setores variados de capital nacional que vão desde o agronegócio, a mineração e a construção civil até os grandes bancos - ascendeu, com a eleição de Lula, no interior do bloco no poder, que representa as frações da burguesia cujos interesses são contemplados nas políticas do governo. Essa ascensão não teria correspondido, entretanto, a uma hegemonia no interior desse bloco.

A política que representa e evidencia a ascensão da burguesia interna é o neodesenvolvimentismo empreendido a partir dos primeiros governos petistas. Esse seria um desenvolvimentismo possível dentro do modelo neoliberal periférico, caracterizado por ter taxas de crescimento inferiores e menor capacidade de distribuir a renda em relação ao desenvolvimentismo original, por se basear em setores agrícolas e industriais de baixa densidade tecnológica e por ser voltado para o mercado externo. Segundo o cientista político, ao privilegiar uma política neodesenvolvimentista, Lula preteriu os interesses da burguesia associada, cuja principal diferença em relação à burguesia interna é que ela desejaria a expansão do imperialismo, enquanto esta última quer impor limites a essa expansão, reivindicando proteção e favorecimento do Estado em relação ao capital estrangeiro.

Para levar adiante sua política de oposição ao capital financeiro internacional e à burguesia compradora, a burguesia interna teria tido que aceitar compor uma frente com os movimentos sindicais e populares, constituindo-se como força hegemônica desta. Diferentemente de aliança, frente é uma reunião informal de classes e frações de classes em torno de objetivos convergentes, cuja convergência nem sempre está clara para as forças componentes. Os esforços do governo Lula consistiam em manter essa frente e faziam isso também com o apoio dos trabalhadores pauperizados e desorganizados. Boito Jr. lembra que essa frente se aproximaria daquela imaginada pelos comunistas nos anos 1950, não fosse o projeto pouco ambicioso de desenvolvimento da frente atual, as diferenças da atual burguesia interna com a burguesia nacional de então e



o fato de agora não se tratar de uma etapa da revolução socialista no Brasil, como os comunistas pensaram tal aliança décadas atrás.

Para explicar o impeachment e o fim da frente neodesenvolvimentista, o analista recorre às contradições internas existentes na frente, que teriam se acentuado a partir de 2013, quando o crescimento econômico dava mostras de estar se esgotando. Dentre tais contradições, é mencionada aquela entre os bancos e o capital produtivo no que diz respeito à taxa de juros e os conflitos entre trabalhadores sindicalizados e a burguesia quanto às questões de reforma trabalhista, terceirização, salários e greves. Parte importante da argumentação do cientista político, no entanto, é a observação segundo a qual nem sempre a burguesia se organizará da forma observada nos governos do PT, visto que são os momentos históricos que imprimem as divisões de classe; por isso elas devem ser analisadas com base na realidade e – ressalta o autor – na pesquisa empírica. Portanto, a tese de Boito Jr. comportava um rearranjo tanto da burguesia quanto da frente, o qual, de maneira instigante, não foi observado na crise de 2005, do “mensalão”, quando a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) saiu em defesa do governo. Por que nessa crise foi diferente? A principal explicação é que dessa vez o campo neoliberal ortodoxo viu no baixo crescimento econômico sua chance de empreender uma ofensiva, baseada na atração processual da burguesia interna já afetada pelas contradições da frente neodesenvolvimentista, que passou a defender o ajuste fiscal.

Talvez o debate mais importante incitado pelo livro seja aquele com o também cientista político André Singer. As divergências na explicação da crise que culminou na deposição de Dilma Rousseff são as que mais chamam a atenção. Para Singer (2018), Rousseff teria “cutucado onças com varas curtas”, indo além da política conciliatória que caracterizava o lulismo, ação responsável por desfazer a chamada “coalizão produtivista” – sua versão da frente neodesenvolvimentista que, diferentemente da de Boito Jr., não inclui os grandes bancos nacionais, principais incomodados com a política de juros de Rousseff. A coalizão produtivista, apoiadora do governo, contou com a debandada dos empresários industriais que viram na política econômica e setorial de Rousseff uma ameaça a seus interesses e passaram para a oposição, juntando-se à “coalizão rentista”, formando, juntas, a “frente única antidesenvolvimentista” (SINGER, 2018, p.72).

Outro debate importante é aquele que pode ser traçado entre nosso autor e a economista Laura Carvalho sobre o caráter do neodesenvolvimentismo observado nos governos do PT. Para Boito Jr., o neodesenvolvimentismo não teria como “aumentar significativamente o investimento público, priorizar o mercado interno ou encetar uma política vigorosa de distribuição de renda” (BOITO JR., 2018, p.107) sem romper com os pilares do neoliberalismo, até por isso esse modelo de desenvolvimento seria voltado para o mercado externo. Carvalho (2018) argumenta, todavia, que, entre 2006 e 2010, o Estado expandiu o mercado interno com suas políticas de distribuição de renda, acesso



ao crédito e investimentos públicos, de forma que a partir de 2006 o crescimento passou a ser liderado pelo mercado interno, ao contrário do que acontecera em 2004 e 2005, quando fora dirigido pelo boom das commodities. Esta mudança teria tornado a economia nacional mais resistente à crise de 2008, justamente pela redução de sua vulnerabilidade externa.

O livro *Reforma e Crise Política no Brasil* coloca-se, portanto, como fundamental no debate público brasileiro atual, dado que traz à baila determinações importantes da conjuntura nacional. Além dos tópicos abordados acima, outros, menos centrais para a análise, são encontrados na obra, como a política externa dos governos petistas, as mudanças internas ao sindicalismo no Brasil, as instituições do judiciário e a Operação Lava Jato. Convida-nos, assim, a pensar mais profundamente o país, seus caminhos e descaminhos.

Referências bibliográficas

BOITO JR., Armando. *Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT*. Campinas: Editora da Unicamp/São Paulo: Editora Unesp, 2018.

CARVALHO, Laura. *Valsa Brasileira: do boom ao caos econômico*. São Paulo: Todavia, 2018.

SINGER, André. *O Lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

MICELI, SÉRGIO. **SONHOS DA PERIFERIA**. SÃO PAULO: TODAVIA, 2010.

Ivo Paulino Soares

Doutorando em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP)

Sonhos da Periferia, novo livro de Sérgio Miceli, publicado no início de 2018, foi apresentado, grosso modo, como uma análise da inteligência argentina realizada a partir da compreensão do caso modernista e do mecenato privado no país. Em resumo, na Argentina, entre as décadas de 1920 e 1930, floresceu um projeto vultoso de vanguarda com ambições cosmopolitas, fomentado pela iniciativa privada e oriundo da fração cultivada da elite patricia do país, disposta a rivalizar com os empreendimentos culturais europeus em torno da criação de um projeto estético próprio, pretensamente desgarrado da conjuntura política nacional. Foi um projeto expresso exemplarmente em torno da revista *Sur*, fundada pela magnata e escritora Victoria Ocampo em 1931, publicação na qual intelectuais diversos se aglomeraram, reunidos pela mesma valoração estética e, como mostra Sérgio Miceli, pela mesma origem social. Nas três décadas



seguintes, a revista veio lograr êxito em padrão internacional, tornando-se o principal lugar da arbitragem cultural de um país que estava em franca pujança de produções fomentadas também pela imprensa e pela indústria cultural.

Substancialmente, este é o ponto de partida mobilizado pelo autor para compreender as diferenças dos casos dos modernismos argentino e brasileiro e justificar a publicação sobre o que aconteceu do lado das terras portenhas. E, mais diretamente, tocar o cerne da fortuna crítica tributária da vanguarda, caracterizada pelo silêncio a respeito do solo político e social que configurou essa fatura estética. Ou seja, o livro se refere à natureza ímpar do caso comparado, originário de uma experiência social de classe e de uma conjuntura política específica, na qual a ausência da intervenção estatal no debate cultural, isto é, de políticas públicas fomentadas pelo dinheiro público, tornou possível a emergência de um grupo privilegiado no cenário de amplas restrições políticas.

No caso de *Sonhos da Periferia*, a explicação dos condicionantes sociais das obras é radicalizada para a construção de um objeto de vasto interesse acadêmico, o reconhecimento da formação do campo intelectual na Argentina. A possibilidade de existência desse campo é o tema central do livro, propício à observação de Sur e de outros fenômenos que lhe foram contemporâneos. Um assunto compreendido em termos conceituais como um processo de solidificação de um espaço regido por regras próprias à atividade cultural, dirigido por seus pares e distanciado das demandas políticas e econômicas imediatas, que Miceli matiza pelo cruzamento de duas visadas sobre o caso. De um lado, observa a diferenciação ocorrida entre as classes sociais e suas posições correspondentes no espaço cultural, ou seja, entre as iniciativas particulares de mecenato e àquelas abertas pela profissionalização da atividade cultural no país. De outro, observa o fomento da iniciativa privada no bojo das alterações dos quadros políticos na Argentina, entre as décadas de 1920 e 1930. Em suma, trata-se de uma pesquisa que não tergiversa sobre o custo da dominação dos integrantes de Sur.

Na explicação politicamente sóbria de Sérgio Miceli, não há acusação ou tomada de partido desses agentes, mas o reconhecimento do seu sucesso em um período turbulento, posterior ao golpe de Estado do General Uriburu em 1930, estendido até 1943. A explicação é erigida em três eixos explicativos tecidos em oportunidades diferentes e derivados do envolvimento do autor na última década com pesquisas comparativas entre Brasil e Argentina, revelando como a eminência do mecenato privado contrasta com o fenômeno contemporâneo ocorrido no Brasil, de cooptação dos intelectuais pelo Estado. *Sonhos da Periferia* é iniciado pela contextualização da vanguarda argentina entre a derrocada da hegemonia do Partido Radical e a ascensão do nacionalismo da elite criolla. Segue com a inflexão para a observação da revista, com a análise da morfologia social da elite de Sur e das contendas políticas que marcaram a geração ensaística da publicação. E, por último, é debruçado ao conjunto de intelectuais renegados pelos membros dessa elite, dependentes das possibilidades de trabalho



abertas pela indústria cultural, entre os quais Robert Alt, Horácio Quiroga e Alfonsina Storni. Se essa última parte escancara o argumento presente na anterior, a origem de classe de Sur, ela também demonstra justamente a fragilidade desse campo na sua formação. Talvez, esteja nessa parte a comparação mais profícua do livro, na qual o leitor poderá se deparar com os diferentes destinos sociais dos produtores culturais dessa estrutura social, tendo a possibilidade de perceber o quanto a consagração de uns e a tragédia de outros, observadas com o distanciamento necessário, podem se revelar mais aproximadas do que até então foi imaginado pelo ponto de vista desses agentes. Em termos analíticos, enfim, *Sonhos da Periferia* ultrapassa a compreensão da natureza social da autonomia cultural, problema de investigação já tradicional na crítica de cultura de matriz sociológica, para se dedicar à uma investigação propriamente sociológica da cultura que, sobretudo, conhece a sedução do seu objeto.

RESENHAS DE TESES

Essa seção contará com resenhas de teses de doutorado, recentemente defendidas, feitas pelos próprios autores. O intento é divulgar a produção mais recente nas áreas em que a *Lua Nova* se destaca

MOTTA, BÁRBARA VASCONCELLOS DE CARVALHO. WAR IS PEACE: THE US SECURITY DISCURSIVE PRACTICES AFTER THE COLD WAR.

Tese de Doutorado em Relações Internacionais, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (Unesp - Unicamp - Puc-SP), São Paulo, 2018

Cheerfulness, the good conscience, the joyful deed, confidence in the future - all of them depend, in the case of the individual as of a nation, on the existence of a line dividing the bright and discernible from the unilluminable and dark; on one's being just as able to forget at the right time as to remember at the right time; on the possession of a powerful instinct for sensing when it is necessary to feel historically and when unhistorically. This, precisely, is the proposition the reader is invited to meditate upon: the unhistorical and the historical are necessary in equal measure for the health of an individual, of a people and of a culture (Nietzsche - *Untimely Meditations*).

E pluribus unum. Like a lot of 20th-century kids, I learned that phrase from "The Wizard of Oz." For most of their history,



American movies have responded to crisis and conflict with visions of harmony. The consistent message from Hollywood (...) has been that we are all in this together." (...) War, of course, suggests one kind of universal value — we're all in this together against a shared enemy — that often seems otherwise missing in these Divided States of America. (DARGIS, Manohla; SCOTT, Anthony).

Ao ler os discursos estadunidenses no Conselho de Segurança da ONU que legitimaram a intervenção dos EUA no Iraque, por várias vezes me questioneei a respeito do que as figuras políticas queriam dizer quando usavam palavras como “democracia”, “liberdade”, “justiça” e etc., especialmente quando as utilizavam com significados diferentes para intenções igualmente diversas. Mais interessante foi notar que, mesmo em suas distintas conotações, tais palavras tinham a capacidade de mover o debate, organizar argumentos contingentes em uma narrativa compreensível e, especialmente, congregar múltiplas audiências nacionais com interesses e visões de mundo e dos Estados Unidos por vezes opostas.

Apesar do alcance de significado que essas palavras podem assumir em um debate, todas elas produzem um sentimento de origem comum e, portanto, uma sensação de harmonia. No entanto, considerar essas palavras como meras disposições suficientemente fortes para estabelecer uma “narrativa operacional” para legitimar as ações de uma pessoa, ou de uma nação, seria apenas uma explicação incompleta do porquê elas eram (e ainda são) tão importantes nos processos de tomada de decisões dos EUA. A íntima relação que elas possuem com o “nós” americano foi o principal componente que me levou a pular da questão “como as narrativas moldam e estabelecem as decisões dos EUA” para “como a identidade, através de suas narrativas, é traduzida em práticas políticas específicas e, principalmente, em decisões de política externa nos EUA”. A necessidade de pensar a identidade transcorreu devido à percepção de que tanto a linguagem quanto o eu (mesmo quando esse eu é um Estado) têm uma relação intrínseca; um relacionamento que impede que consideremos um dissociado do outro. Além disso, quando se assume que a linguagem não é um mero epifenômeno, é possível percebermos que sua relação com a identidade se desdobra de modo circular: uma produz ao mesmo tempo em que é produzida pela outra.

Nesse sentido, a tese intitulada “War is peace: the US security discursive practices after the Cold War” tem como um de seus principais objetivos apresentar o modelo da “identidade-em-jogo”, o qual propõe uma avaliação em três níveis da identidade em sua força para produzir ações concretas, como ações de política externa. No primeiro nível, são estabelecidos os pontos-âncora da identidade: as expressões mais gerais e abstratas que têm capacidade de “ancorar” ou “cimentar” a identidade e sustentá-la discursivamente; ou seja, que conseguem reforçar, evoluir, sustentar, emergir e até mesmo corrigir a identidade quando em momentos de fragilidade. No caso dos Estados Unidos, pela sua trajetória



liberal, entende-se que, dentre outras, as ideias de igualdade, liberdade, individualismo e democracia podem ser elencadas enquanto pontos-âncora da identidade norte-americana.

O segundo e terceiro níveis, por sua vez, são estabelecidos a partir de casos empíricos. No segundo, a tese traz a lógica da produção de “lugares-comuns”, qual seja, a proposta de que cada governo (re)trabalha os pontos-âncora da identidade norte-americana para seus contextos específicos, de modo a torná-los mais inteligíveis ao seu tempo, mesmo que tal movimento reduza os pontos-âncora em seu conjunto de significados e os tornem menos complexos. No terceiro nível, a tese se volta para uma análise ainda mais micro e se propõe a avaliar como os “lugares-comuns” são operacionalizados para legitimar aos olhos do público nacional (mas também perante o público internacional) intervenções pautadas no uso da força. Assim se desdobra na tese a avaliação dos processos de tomada de decisão para quatro intervenções defendidas e lideradas pelos Estados Unidos no pós-Guerra Fria: guerra do Golfo (1990/1991), Kosovo (1998/1999), Afeganistão (2001) e Iraque (2003).

Ainda, enquanto referencial teórico, os trabalhos de Pierre Bourdieu são contemplados na tese com um duplo objetivo. Primeiro, por meio da sua teoria de estruturação, conceitos como habitus, campo, tipos de capital e doxa são importantes para construir um entendimento de como, apesar do tempo histórico e das suas intempéries, o ambiente social é majoritariamente estável. Não se trata, portanto, de apresentarmos regularidades e com isso posicionar a tese no campo dos argumentos estruturalistas que, no geral, abrem pouco espaço para a agência e a mudança, mas sim de considerarmos processos de estabilização. Para isso, é fundamental a proposta bourdiesiana de estruturas estruturadas (enquanto efeitos e desdobramentos de práticas sociais passadas) e estruturas estruturantes (relacionadas a emoções, ações e percepções presentes).

Segundo, a partir desse arcabouço teórico podemos atualizar o debate do campo das Relações Internacionais sobre a ideia de causalidade em estudos que se localizam no campo pós-positivista. Nesse sentido, aventa-se a proposta de que a interconexão entre identidade e práticas políticas é uma de causalidade-em-constituição, ou seja, os discursos políticos largamente assentados em um vocabulário que remonta à identidade estadunidense não só constituem essa mesma identidade, via processos de reificação e transformação, como ao mesmo tempo moldam o debate nacional de tal modo a produzir as condições suficientes (logo, causal) para que certas práticas políticas e ações de política externa possam acontecer.

Considerando a parte empírica, ao avaliar de modo mais detido as construções dos “lugares-comuns” e suas devidas operacionalizações, cada caso apresenta uma constelação própria de como as ideias de liberdade, igualdade, individualismo e democracia são trabalhadas e, por vezes, uma dessas ideias é alçada à posição de fio condutor de toda a narrativa para a intervenção. Desse modo, a tese possui um segundo e subjacente objetivo: apresentar a capacidade dos pontos-âncora da identidade norte-



americana enquanto meios para transladar os Estados Unidos de momentos de insegurança ontológica de volta para um momento de segurança ontológica. Em outras palavras, como a operacionalização dessas ideias e as intervenções militares por elas autorizadas tem condições de reestabelecer uma sensação de segurança para os Estados Unidos. Deste modo, os capítulos empíricos não são organizados de forma cronológica, mas sim de acordo com um gradiente de menos insegurança ontológica, até momentos em que insegurança ontológica e insegurança física se sobrepõem, a saber: Kosovo, Guerra do Golfo, Afeganistão e Iraque.

As narrativas vencedoras foram, assim, não só aquelas que melhor conseguiram falar a linguagem da identidade, mas também aquelas que melhor se propuseram a reestabelecer o sentimento de segurança. No entanto, como extrapolação para o futuro, quando essas mesmas narrativas se utilizam dos pontos âncora da identidade norte-americana mas rompem com algumas das bases fundantes dessas ideias (quando nos escândalos do uso de tortura por soldados norte-americanos) essa sensação de insegurança ontológica se mantém. A incapacidade de fechar as feridas do 11/9 pode fazer com que os EUA se comportem, como diria Nietzsche, “como um homem sangrando até a morte por causa de um arranhão”.

BERNARDI, BRUNO BOTI. O SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS E A JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO: IMPACTOS NO BRASIL, COLÔMBIA, MÉXICO E PERU.

Tese de Doutorado em Ciência Política, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

Tradicionalmente, na América Latina, membros do Estado e atores paraestatais envolvidos com o aparato de repressão foram capazes de evadir-se de qualquer tipo de responsabilização criminal a respeito de graves violações de direitos humanos. Desde o final da década de 1980, o sistema interamericano de direitos humanos (SIDH) da Organização dos Estados Americanos transformou-se numa importante ferramenta usada por diversos grupos latino-americanos para combater essa impunidade, na expectativa de punir os responsáveis, esclarecer os crimes, reparar as vítimas e impedir novas atrocidades.

Diante desse cenário, a tese teve como referência casos avaliados pelo SIDH no tocante à justiça de transição, ou seja, a necessidade de fazer justiça que sociedades em transição para a democracia ou que saem de conflitos enfrentam ao lidar com graves abusos cometidos pelo Estado no passado. Nesse sentido, o objetivo do trabalho foi o de explicar os mecanismos de difusão e, sobretudo, impacto das normas internacionais de direitos humanos em quatro países da América Latina – Brasil, Colômbia, México e



Peru –, a fim de estabelecer quais fatores domésticos dos contextos políticos nacionais tornam os países mais ou menos permeáveis a essa normatividade, revelando as condições que predispõem mais certos países do que outros a cumprir essas normas.

Assim, a tese buscou definir quais atores desempenharam o papel de empreendedores das normas do SIDH, de que maneira e por quais razões eles decidiram instrumentalizar essa normatividade, e como as suas estratégias e as dinâmicas políticas desatadas por suas ações foram responsáveis pelo impacto do SIDH nesses quatro países. Em oposição à maioria dos estudos que privilegiam a ação do Executivo e das elites político-institucionais para explicar seja a realização de julgamentos no período pós-transicional, seja o impacto de normas e pressões internacionais de direitos humanos, a hipótese testada salienta a importância de juízes e organizações não governamentais (ONGs) domésticas para explicar a influência do SIDH no tema da justiça de transição, enfatizando assim o papel de grupos da sociedade civil e as respostas da cúpula do Judiciário local. Dessa maneira, o autor argumenta que o SIDH adquirirá aderência doméstica se e quando esses dois conjuntos de atores forem capazes de entendê-lo e instrumentalizá-lo como um mecanismo efetivo para o seu “empoderamento”. Desse modo, o impacto depende, por um lado, da organização prévia de grupos locais de direitos humanos, da sua capacidade de articulação transnacional e, em especial, da existência de ONGs profissionalizadas que definam as ações de mobilização legal das normas do SIDH como uma prioridade. Além disso, a influência também depende, por outro lado, de um grau de abertura da cúpula do Judiciário local – ou de pelo menos um grupo de seus magistrados – a essa normatividade internacional, cuja utilização deve ser percebida como uma oportunidade para fortalecer sua posição institucional e incrementar seus recursos e argumentos jurídico-legais.

No caso específico do Brasil, a tese analisa como e por que a normatividade do SIDH sobre o tema da justiça de transição tem encontrado obstáculos para o seu impacto em questões de direitos humanos, sobretudo no que tange ao caso Gomes Lund (guerrilha do Araguaia), por meio do qual a Corte Interamericana de Direitos Humanos condenou o Brasil em 2010, determinando que a Lei de Anistia era desprovida de validade ao preservar a impunidade das graves violações da ditadura militar. Contrapondo o caso brasileiro com os dos outros três países estudados, a tese destaca por que juízes e ONGs do Brasil não têm sido canais para o impacto do SIDH.

Assim, argumenta-se que a ausência de ONGs litigantes e com capacidade de atuação transnacional interessadas na agenda de justiça de transição compromete seriamente as perspectivas de impacto do SIDH no Brasil. Além disso, a continuidade institucional do Supremo Tribunal Federal durante a transição democrática, bem como sua composição e cultura jurídica herdadas da ditadura, contribuíram decisivamente para preservar o desconhecimento do direito internacional dos direitos humanos dentro do tribunal e reforçar, no processo de revisão judicial, a prática do “positivismo à la carte”



(Ventura, 2011), que extrapola a análise do texto escrito da lei e adota, convenientemente, outras matrizes exegéticas, como o “método histórico” utilizado durante o exame da Lei de Anistia pelo tribunal, mesmo quando isso implica a manutenção do legado da legislação autoritária, da qual o STF erigiu-se como grande defensor junto das Forças Armadas. Conseqüentemente, uma vez que ONGs e juízes não têm entendido o SIDH como um mecanismo efetivo para o seu “empoderamento”, a questão do impacto do SIDH fica seriamente comprometida. Em outras palavras, sem ONGs e magistrados desempenhando o papel de empreendedores de normas do SIDH, não causam estranheza as dificuldades de aderência das decisões internacionais no Brasil, o que fortalece a impunidade, a política de silêncio, a manutenção das lógicas e estruturas do aparato repressivo e as muitas outras assombrosas linhas de continuidade de um passado que não passou.

ENSAIO BIBLIOGRÁFICO

Essa seção abarca ensaios bibliográficos referentes a temas de interesse dos leitores da Lua Nova

JESSÉ SOUZA, O CRÍTICO DA “CRÍTICA”?

Lucas Baptista

Doutorando em Ciência Política pela Unicamp (Bolsista Capes)

A proposta dos últimos trabalhos de Jessé Souza¹ consiste numa espécie de “aplicação prática” e atualizada de empreitadas intelectuais anteriores. De antemão, o esforço louvável de oferecer argumentos longos e complexos à cidadã ou cidadão de formação média, expressa-se no uso da linguagem menos marcada pelo rigor científico, em favor do texto sintético e palatável ao público não especializado. Como anuncia o autor, a intenção é disponibilizar conhecimento historicamente informado ao “leitor de boa vontade”, na esperança de conscientizá-lo sobre o “cotidiano e as lutas sociais nas quais ele mesmo se encontra inserido sem saber” – já que é sistematicamente manipulado ou feito de tolo pela retórica elitista-midiática da corrupção.

Tal pretensão de esclarecimento, viabilizada pela condição de possuidor e produtor



de conhecimento acadêmico, vai além do mero exercício da atividade profissional. Jessé Souza, ao mobilizar a “razão” para tentar intervir na realidade, converte-se em intelectual público: transformando as ideias em “armas de combate” para tratar questões que afetam diretamente a consciência que a sociedade – a classe média, em especial – tem de si mesma. Afinal, se milhares de brasileiras e brasileiros foram feitos de tolos até hoje, é preciso remontar as origens dessa tolice para estabelecer as possíveis conexões entre o “Brasil da Escravidão” e o “Brasil da Lava-Jato”. O objetivo deste curto ensaio é fornecer algumas pistas ao leitor interessado em traçar o percurso argumentativo em tela, servindo de apoio à leitura (indispensável) do texto original.

Da “ralé” à escravidão

Há quase vinte anos, Jessé Souza tem refletido sobre o processo de “modernização na periferia” do capitalismo, no empenho teórico e empírico de compreender a realidade das classes sociais no Brasil contemporâneo. Sabe-se que enfrentar este tema é ter uma “batata quente” em mãos. Primeiro, porque a própria Sociologia está umbilicalmente ligada ao surgimento histórico das classes modernas na Europa do século XIX. Depois, pela existência de uma inteligência nacional que, em diferentes momentos e sob matizes diversas, também tratou de interpretar a formação da sociedade moderna (ou de classes) brasileira. Para segurar essa “batata”, Jessé convida o leitor a esquecer tudo aquilo que ouviu ou leu sobre o que são classes sociais, lançando mão do conceito de “ralé” como guia para pensar a conjuntura atual. É verdade que esse conceito foi posto em cena antes², mas agora torna-se, digamos assim, o coração da crítica à inteligência e/ou da manipulação midiática das ideias fornecidas por ela.

Em contraponto aos critérios econômico-financistas, que tendem a reduzir as classes sociais à mera existência de faixas desiguais de renda, dois pressupostos teóricos principais informam a noção de “ralé”: 1) a percepção de alguns sentimentos individuais, como a consciência da autenticidade e dignidade pessoal, é configurada por pré-condições éticas e morais que afetam a visão que temos de nós mesmos; 2) para além do capital econômico, esta hierarquia moral é fermentada no processo de apropriação diferenciada do “capital cultural”, distinguindo as pessoas pelo modo que se vestem, pelo que leem, como festejam, como comem, como falam, etc. De acordo com Pierre Bourdieu, essas hierarquias, invisíveis a olho nu, são perpetuadas por relações de casamentos e amizades. Ao longo do tempo, este processo cria sentimentos de identidade e/ou desprezo, tendendo a dividir o mundo social entre aqueles seres com “espírito” e superiores; daqueles animalizados e inferiores. Nesta escala, a “ralé” ocupa o posto mais baixo – sub-humano mesmo – na “linha de dignidade” do Brasil moderno.

1 *A Tolice da Inteligência Brasileira* (2015), *A Radiografia do Golpe* (2016) e *A Elite do atraso: da Escravidão à Lava-Jato* (2017).



Essa classe, além de não possuir dinheiro nem conhecimento técnico-escolar, “é desprovida – esse é o aspecto fundamental – das pré-condições sociais, morais e culturais que permitem a apropriação deste capital” (SOUZA, 2018, p.27). Esta “dignidade seletiva”, operante no cotidiano das classes populares brasileiras, provoca uma separação entre a classe trabalhadora, de um lado; e a classe dos marginalizados e excluídos lá longe, do outro – onde deve ficar a “ralé”.

O diagnóstico empírico da “ralé” torna-se o fio condutor que conecta o “Brasil da Escravidão” ao “Brasil da Lava-Jato” – ou vice-versa. Precisamente, a atualidade da “hierarquia moral escravista” revela-se na “escala da dignidade humana” operante entre nós: legando, a quase um terço da população brasileira (agora de cores diversas), todo desprezo social que antes era devotado ao escravo. A tese de Jessé é que tal marginalização sistemática (e cruel) de parte significativa dos nossos concidadãos configura as quatro subdivisões específicas que compõe a realidade das classes sociais no Brasil da Lava-Jato, quais sejam: 1) endinheirados, ínfima elite do dinheiro, dominando material e simbolicamente as outras classes; 2) classe média e suas diversas frações, são os juizes, os professores, jornalistas, médicos, enfim, aqueles que, espelhando todas as formas de individualidade que a posse de certo capital cultural valorizado enseja, “sujam as mãos” com o trabalho diário da dominação social realizada em nome da classe dominante; 3) classe trabalhadora, que é precária na sua imensa maioria; 4) classe de excluídos e marginalizados, que formam a “ralé” (SOUZA, 2016, p.59-60).

Infelizmente, o leitor de formação média, que é diariamente feito de tolo, pode não se dar conta de tamanho imbróglio social. Nem a inteligência nacional, que é o estoque original das impressões que temos do Brasil, conseguiu – ou não quis conseguir – captar essa suposta continuidade da escravidão. Salvo honrosas exceções, como a versão culturalista de Gilberto Freyre ou a análise marxista de Florestan Fernandes, a intelectualidade por aqui tendeu sempre a deixar nosso passado escravista de lado, mirando a crítica quase exclusivamente ao Estado. Desse movimento, surgem duas noções-chave que, ao se complementarem na tentativa de (não) explicar o Brasil, passam a compor o arsenal ideológico da manipulação, quais sejam: o patrimonialismo e o populismo.

Tolice ou manipulação?

Para Jessé, Sérgio Buarque e Raymundo Faoro são os paladinos do patrimonialismo, pois representam a fonte original de nossa auto-compreensão “vira-lata” como nação. O primeiro, ao tomar o Estado como extensão máxima do “homem cordial”, parte de uma concepção negativa da elite nacional. Contudo, essa concepção foi tantas vezes reproduzida quanto deturpada ao longo tempo. A ponto desse “homem cordial” tornar-

2 Ver principalmente: SOUZA, Jessé. *A modernização seletiva*. Brasília: UNB, 2000; *A construção social da subcidadania*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.



se quase senso comum, sob a tolice de caracterizar o brasileiro em geral – e não mais as elites – enquanto ser emotivo, primitivo, personalista e, portanto, essencialmente corrupto. O Estado, por sua vez, seria expressão do conjunto de todos esses vícios típicos da personalidade do homem nacional. E ninguém melhor que Raymundo Faoro historiou esta “ideologia”, traçando a suposta linha que, ao sair do Estado português unitário, desemboca na política particularista e baseada em privilégios que temos por aqui. Enfim, a maldição do patrimonialismo ganha maior verniz com a chegada da ideia de populismo. O conceito, adaptado ao contexto brasileiro por Francisco Weffort na USP, expressa a tentativa de desqualificar a experiência trabalhista de Getúlio Vargas. Mas foi abocanhado pela elite e deturpado pela mídia, incorporando à retórica do Estado corrupto o rótulo “científico” de populista para estigmatizar – e mesmo demonizar – qualquer participação das classes populares na política.

Nesta manobra, o patrimonialismo e o populismo convertem-se nas armas ideológicas indispensáveis do conservadorismo brasileiro, que posa de crítico olhando (só) para o Estado. Na prática, esse conjunto de ideias, manipulado na dose certa pela mídia ligada ao capital financeiro, induz o cidadão de classe média a jogar todos os problemas nacionais no colo da classe política. Na retórica midiática do capitalismo “vira-lata”, a corrupção (só do Estado) tem obliterado, ao menos desde a chegada dos portugueses, o surgimento das virtudes que o mercado fez nascer noutra ponta da América. E, se o Estado por aqui é essencialmente corrupto, quando há governos ou políticas de interesse dos mais pobres, a questão fica muito pior. Não por acaso, no imaginário de grande parte da classe média, figuras como Getúlio Vargas e Lula são considerados, entre outras coisas, manipuladores do povo pobre e sem consciência política – grandes enganadores “desses coitadinhos que não sabem votar”. Nesse sentido, o rótulo pseudocrítico de populismo tem a força de mitigar a importância da soberania popular como critério fundamental para qualquer sociedade democrática. Isso sim é tolice e/ou dominação simbólica!

Os “capatazes” do atraso

Por trás desta retórica moralista e antipopular, escondem-se as cifras diárias que engordam o capital financeiro. Sob a “mácula” do Estado devedor, coberta pelo manto sagrado da dívida pública, os ricos não só deixam de pagar os impostos, mas também se tornam credores do orçamento público. Inaugura-se, assim, uma espécie de “praça de alimentação” dos sonegadores fiscais, sediadas em “paraísos do dinheiro” espalhados pelo mundo. No caso brasileiro, onde a evasão fiscal é estimada em US\$520 bilhões, a riqueza social pertence ao 1% de pessoas que pode participar dos investimentos especulativos – ou seja, todas as frações do capital, como o agronegócio, o comércio e a indústria, que se combinam com o capital financeiro. Desse modo, enquanto a mídia, que é a representante máxima dos interesses desses 1%, tende a silenciar sobre a Corrupção real, o leitor pode até sentir-se feliz com R\$1 bilhão de reais recuperado pela



Operação Lava-Jato até agora. Esse mecanismo de dominação simbólica, que tem a classe média como público-alvo privilegiado, induz a formação de verdadeiros “capatazes do atraso”. E muitas vezes conseguem!

Jessé detecta a “retórica do atraso” em quase 65% da classe média, justamente na fração que busca se “informar” pela mídia tradicional e dominante. Para lançar essa tese, é preciso entender o movimento duplo, operado pelas diferentes frações dessa classe, para legitimar sua vida e ação no mundo. Aos ricos, que estão acima dela, invejados, porém considerados corruptos, busca distinguir-se por sua situação moral superior; ao passo que, aos debaixo, confirma todo desprezo social herdado pela hierarquia moral escravista: como se os pobres fossem culpados pela própria sorte. Por esses critérios, têm-se, enfim, a hipótese sobre as frações que subdividem a classe média no Brasil contemporâneo: 1) classe média possuidora do tipo de conhecimento que serve diretamente ao capital e à sua reprodução, dividindo-se a) liberais (35% da população), aqueles que prezam pelos ritos democráticos; b) os proto-fascistas (30% da população), apoiadores do “golpe” pelo combate à corrupção; 2) fração expressivista (20% da população), pessoas que tomam agendas como a preservação das matas, o respeito das minorias, a sustentabilidade e responsabilidade social de empresas, mas sem fazer a crítica à distribuição de riqueza e poder; 4) fração crítica (15% da população), que, por nadar contra a corrente da opinião pública dominante, mostra dificuldade em chegar a formas de liberdade pessoal e social de autonomia e, por isso, tem uma atitude singular em relação ao mundo (SOUZA, 2017, p.167-171). Com essa configuração é possível ter ideia da dimensão e sentido da tolice ou manipulação operante entre nós. Evidentemente, para enxergá-la, o leitor deve entender os pressupostos do autor, sem a obrigação de concordar.

Referências bibliográficas

SOUZA, Jessé. A tolice da inteligência: ou como o país se deixa manipular pela elite. São Paulo: Ed. Leya, 2015.

_____. A Radiografia do Golpe. Rio de Janeiro: Ed. Leya, 2016.

_____. A Elite do atraso: da Escravidão à Lava-Jato. Rio de Janeiro: Ed. Leya, 2017.

_____. A Ralé Brasileira: quem é e como vive. 3º edição ampliada com nova introdução. São Paulo: Ed. ContraCorrente, 2018.



MEMÓRIA

Como forma de pensar o papel histórico e intelectual do CEDEC e de suas publicações, essa seção será composta por entrevistas de ex-editores da Lua Nova e ex-presidentes do CEDEC, nas quais se buscará pensar o caminho percorrido pelo centro, pela revista e os seus desafios para o futuro

ENTREVISTA COM O PROFESSOR SEBASTIÃO C. VELASCO E CRUZ

Angelo Lira

*Mestrando em Relações Internacionais pelo PPGRI San Tiago Dantas
(Unesp - Unicamp - Puc-SP)*

Natália Mello

Pós-doutoranda pela Unicamp

Neusa Maria Pereira Bojikian

Pesquisadora do INCT-INEU

São Paulo, 19 de dezembro de 2018

Professor, o senhor foi presidente do CEDEC entre 2009 e 2012, correto? Gostaríamos de começar perguntando um pouco sobre o preâmbulo dessa história. Como foram as primeiras aproximações, o primeiro contato com o CEDEC, o primeiro projeto, em suma, o que aconteceu antes do senhor assumir a presidência?



Bom, então vou dar um pouquinho de tempero à conversa e falar da minha pré-história com o CEDEC. Eu não sou de São Paulo, nasci em Niterói, estudei e trabalhei no Rio de Janeiro e foi de lá que tomei conhecimento da criação do CEDEC, em 1976. Nessa época, fazia parte de um grupo que criou um Centro de Estudos em Niterói, em 1974. Essa foi uma iniciativa de ambições modestas porque, na realidade,



eu já fazia a pós-graduação e a ideia partiu de amigos que estavam ainda na faculdade, durante o período do Médici, um momento muito duro da ditadura. Formamos, então, o Centro de Estudos Noel Nutels; o CEDEC surgiu posteriormente. Já havia antes o CEBRAP, que era um exemplo. Naquela época, quando o CEDEC surgiu, nós acompanhamos com muito interesse, tomamos o centro também como um exemplo a seguir e estabelecemos relações. Havia uma revista do centro que chegou a publicar um artigo do [Francisco] Weffort. Em 1977, comecei a ter um contato maior com São Paulo e com o meio acadêmico daqui. Lembro que nessa época participei de um seminário organizado pelo José Álvaro Moisés, iniciativa do CEDEC, em 1977-1978, aqui em São Paulo.

Houve um fato, nesse período, que marcou muito a história política brasileira: a proibição pelo regime da realização da Reunião Anual da SBPC em 1977, no Ceará. Então, o encontro foi feito aqui em São Paulo com um movimento muito grande de todas as partes do Brasil para que ocorresse. Foi uma afirmação da comunidade científica contra a censura do regime e, ao mesmo tempo, um ato de resistência ao golpe, ao que parecia ser um golpe dentro do golpe, o chamado Pacote de Abril [conjunto de leis outorgadas em 13 de abril de 1977]. Embaraçado pela incapacidade de ter maioria no Congresso para uma reforma do Judiciário, o Presidente Geisel suspendeu durante um ou dois meses seu funcionamento. Foi nessa época que a resistência democrática no Brasil ganhou impulso. Houve um episódio importante na história política e intelectual do Brasil, especialmente São Paulo, que foi a Carta dos Brasileiros – uma manifestação dos juristas no Largo São Francisco. A SBPC ocorreu nesse contexto e os intelectuais que criaram o CEDEC ocuparam posições de muito relevo nessa aliança intelectual e política de resistência à ditadura e no movimento pela democracia no Brasil. Por isso, o CEDEC sempre foi uma referência para mim desde o momento em que se criou.

Mas como disse, não era de São Paulo, então não tinha relação regular com o CEDEC. Eu só cheguei em São Paulo em 1986 e me recordo que o Weffort tinha sido membro da minha banca, ou seja, eu tinha relações e contatos, mas não havia desenvolvido nenhuma atividade com o grupo de pesquisa do CEDEC nos primeiros 10 anos da minha estada em São Paulo. Fui para Unicamp, e durante um certo tempo fiz pesquisa no CEBRAP. Depois, fiquei um ano e meio nos Estados Unidos. Quando retornei, estabeleci meus primeiros laços com o CEDEC, que a partir daí foram crescendo e ganhando densidade cada vez maior.

Basicamente, o que aconteceu foi uma mudança no meu programa de trabalho, com a incorporação da dimensão internacional não como assunto de interesse, mas como assunto nuclear em minhas pesquisas. Assim que cheguei dos Estados Unidos, no final de 1997, entrei em contato com o Tullo [Vigevani] para conversar sobre Relações Internacionais e o que existia nesse campo em São Paulo. O resultado dessa conversa foi a criação de um grupo de estudos de teoria em Relações Internacionais, que foi extremamente frutífero. Se do ponto de vista evolucionário as coisas são medidas em sua importância pela fertilidade, esse foi um dos grupos mais importantes de que participei, porque esteve na origem de



pesquisas e projetos coletivos como o San Tiago Dantas. E, por conseguinte, de todos os outros que estiveram relacionados com esse projeto institucional.

Em 2001, por conta desse precedente, nós já estávamos elaborando o projeto do San Tiago Dantas e eu coordenava um projeto temático chamado “Reestruturação Econômica Mundial e Reformas Neoliberais nos Países em Desenvolvimento”, que envolvia o Tullo [Vigevani], o Reginaldo Moraes, além do Filipe [Mendonça], e do Thiago [Lima], que estavam começando. Desde o início, escolhi o CEDEC como local de realização deste projeto. Então, data daí, de 2001, a minha inserção mais permanente, mais forte no CEDEC como pesquisador e agora coordenador desse projeto. Fui integrado no comitê editorial da Revista Lua Nova, depois passei a participar do conselho do CEDEC, depois da diretoria.

E foi a partir deste processo que surgiu o INCT-INEU também?

Já nesta época, 2008, nós tínhamos esse grupo e já tínhamos emplacado um outro projeto muito importante, que é o antecedente imediato do INCT-INEU. Foi um projeto patrocinado pelo Ministério de Ciência e Tecnologia, mas também pelo Itamaraty, o Projeto Renato Archer para o estudo de temas importantes da política exterior do Brasil, não temas de política externa de governo, mas de políticas de Estado. Conversamos no San Tiago Dantas e concluímos que o tema mais abrangente, com a maior capacidade de incorporar professores interessados em participar da proposta conjunta, eram os Estados Unidos. Não exatamente Estados Unidos, um objeto empírico, mas o impacto das políticas desse país no sistema internacional. Em 2005-2006 esse projeto começa e, em 2008, nós fazemos muito rapidamente um projeto para outro edital que era do INCT-INEU. Nesse período, eu estava na vice-presidência do CEDEC e o Brasília Sallum era o presidente. O Centro estava vivendo um período difícil, de transição – isso é importante, falando agora mais diretamente da história do CEDEC. Como outros institutos e centros criados nos anos 1970, o CEDEC recebeu muito apoio externo de Fundações europeias, americanas também. Enfim, eu não vivi esse momento, certamente o Tullo [Vigevani] deve ter falado disso com detalhes que eu seria incapaz de fazer. Agora no final dos anos 1990, já avançando nos anos 2000, essas fontes de recursos tinham minguado ou simplesmente desaparecido, por um lado, e, por outro, a universidade havia reorganizado o modo de fazer pesquisa, com núcleos de pesquisa criados na USP, na Unicamp. Por isso, o lugar de uma instituição como o CEDEC estava entre parênteses. Era algo a ser repensado, pois a continuação nos padrões anteriores não era uma coisa realista. Nos anos áureos, esses centros profissionalizavam os pesquisadores e isso já não acontecia, ou acontecia muito marginalmente nesse período.

Havia também um problema geracional: a questão de renovação e passagem das posições e funções de planejamento, de condução desse centro para pesquisadores e profissionais mais jovens. Em 2009, estávamos diante da questão sobre quem iria substituir o Brasília [Sallum], porque por razões pessoais ele não



teve condições de permanecer na presidência. Havia a expectativa de que ele cumprisse mais um mandato, de dois anos, mas isso não aconteceu. Então o conselho ampliado se viu diante do problema de encontrar um substituto.

Eu não tinha grande história dentro do CEDEC até então, mas tinha uma grande relação afetiva com o Centro, pois achava um espaço extremamente interessante, simpático e acolhedor, além de ter muito clara a importância do CEDEC para os projetos que nós desenvolvíamos, especialmente o INCT-INEU, que estava começando. Assim, eu me dispus a assumir a presidência do CEDEC, o que ocorreu no segundo semestre de 2009.

A ideia principal da minha gestão era tentar criar uma dinâmica entre os associados do CEDEC que assegurasse as condições de renovação do seu quadro e a redefinição de seu papel.

O senhor falou que a proposta da sua presidência era criar essa dinâmica para a renovação de quadros, então se pudesse contar um pouco das ideias que surgiram, as estratégias...

Então, basicamente, o que aconteceu na minha gestão – e aí eu queria falar de, enfim, das pessoas envolvidas, não é? A Amélia [Cohn], que foi durante muitos anos presidente do CEDEC, foi sucedida pelo Paulo [Eduardo Elias] e depois pelo Brasília [Sallum Junior] e eu [como vice]. Assumi a presidência com o Gildo Marçal Brandão (1949-2010), que fazia comigo uma parceria muito boa, uma figura notável. Foi um golpe muito grande, para todo mundo, o falecimento do Gildo. Nós começamos com essa ideia de atuar na dinâmica do CEDEC, o que procurei fazer criando uma instância, que não existia, uma espécie de Conselho que se reunia para tratar de assuntos acadêmicos e dos rumos do CEDEC -- a diretoria se ocupava dos assuntos administrativos. Nós reuníamos esse Conselho com regularidade, não me lembro se era uma vez por mês ou de dois em dois meses. Ele era composto pelo conjunto dos pesquisadores, digamos assim, mais graduados, não os auxiliares de pesquisa, mas aqueles pesquisadores que tinham autonomia e independência, e então conversávamos sobre o que fazer. O tema naquela época, que se impunha a todos, era o problema do financiamento.

O CEDEC, quando eu assumi, tinha um problema estrutural de financiamento que ficava um pouco camuflado pela contribuição que nós podíamos dar pelo INCT-INEU. Como presidente do CEDEC, eu tinha clareza que o CEDEC não podia ficar na dependência de uma única fonte, de um projeto muito maior do que os projetos corriqueiros. Esse foi um tema de discussão durante praticamente todo o período.

Nós tivemos outro tema que nos ocupou bastante e me divertiu, que era o projeto de ampliar o CEDEC. Eu tinha uma fantasia, e gostava de conversar com o Gildo sobre isso, de transformar o CEDEC numa espécie de um clube onde a gente pudesse chegar, ter poltronas, revistas, e conversar bebericando alguma coisa – um uísque, um vinho. Isso não aconteceu. Nós chegamos a fazer um projeto com arquiteta e tudo mais, mas aqui na prefeitura esbarramos com uma resistência tenaz, que invocava o Plano Diretor para dizer que a obra era



impossível. Eu estudei o Plano Diretor e percebi que a impossibilidade não era essa, mas sim um funcionário que criava dificuldades para vender facilidades em seguida. Então, abandonamos a ideia de ampliar o espaço físico do CEDEC, o que foi muito bom porque logo depois se revelou, digamos assim, o irrealismo de tal proposta. Ou seu “realismo fantástico”, porque nós não conseguimos ampliar a equipe, ou obter financiamentos novos em proporção que justificasse a ampliação do espaço que nós tínhamos imaginado. E, no final da minha gestão, o problema das dificuldades financeiras, que explodiu na gestão seguinte, já estava claramente desenhado.

Eu estou falando disso por uma coisa que mencionei lá na sexta-feira [14 de dezembro de 2018], quando disse da minha satisfação, da minha alegria, ao ver numa assembleia de fim de ano do CEDEC um grupo tão jovem em um outro lugar que não era aquela casa tão interessante, tão bonita e charmosa que nós tínhamos [antiga sede na Rua Airosa], mas é um lugar mais funcional, em muitos sentidos, do que o anterior. É um CEDEC que está se reinventando, essa é a impressão que tenho do Centro hoje. Acredito que com o passar do tempo, com a gestão do Cicero [Araujo] e, sobretudo agora, com a gestão do Andrei [Koerner], um conjunto de iniciativas está sendo tomado, espaços estão sendo abertos e o CEDEC está fazendo aquilo que o Maquiavel dizia que era o elemento fundamental, digamos assim, para o poder: a capacidade de se transformar para operar nas circunstâncias cambiantes, porque elas sempre variam.

Essas circunstâncias mudaram muito. Eu mencionei algumas das mudanças, mas tem outras, não é? Em 1970 as pessoas se comunicavam por telefone, então o trabalho coletivo era diferente, ainda que fosse possível enviar fotocópias ou escrever cartas. Hoje, no entanto, você está conectado e pode trabalhar coletivamente a milhares de quilômetros de distância pela internet. A própria locomoção na cidade de São Paulo hoje é completamente diferente do que era há 30 anos. Então, o atrativo que esses espaços físicos comuns exerciam no passado não deixou de existir, mas o custo deles ficou muito maior e o seu significado completamente diferente. Atualmente, estou acompanhando um pouquinho de longe, mas o que percebo é a disposição de manter, de projetar o CEDEC no futuro, adaptado às circunstâncias do século XXI. Então, se tem um socialismo do século XXI, tem um CEDEC do século XXI. Parabéns para ele.



REVISITANDO OS CLÁSSICOS

Essa seção tem como objetivo destacar textos anteriormente publicados na Lua Nova que podem ter interesse para a conjuntura intelectual, cultural e política

Lua Nova vol.1 no.4 São Paulo, 1985

O QUE FAREMOS COM OS MILITARES?

Eurico Figueiredo



Do ponto de vista da sociedade civil a questão militar pode ser formulada de modo claro e direto. Trata-se de se saber como controlar as Forças Armadas, pô-las a serviço das instituições civis, capturar sua lealdade e obediência face aos preceitos constitucionais vigentes. Mas, se em tese o problema pode ser proposto com esta objetividade, o processo que rege as relações entre civis e militares é bastante complexo e varia bastante de caso para caso.

Simplificando um pouco, podemos identificar duas situações ideais nessas relações. Por um lado, há sociedades que conseguiram atingir níveis superiores de institucionalização do mando civil, fosse qual fosse a forma dominante de organização sócio-econômica. É esta, por exemplo, a situação de países como os Estados Unidos e a União Soviética, onde é muito baixa a probabilidade de golpes militares. Por outro lado, outros países não alcançaram esses níveis de institucionalização; ali a presença política dos militares assume ora características mais ou menos ostensivas (Chile de Pinochet), ora mais ou menos veladas (Portugal de Salazar, Espanha de Franco).

Mecanismos de controle

Entre nós a superação do regime militar inscreve-se integralmente no interior da questão democrática. Ou seja, diz respeito à capacidade de a sociedade brasileira forjar instrumentos e métodos que permitam o controle do Estado, submetendo-o à sua vontade e afirmando o predomínio do poder civil.



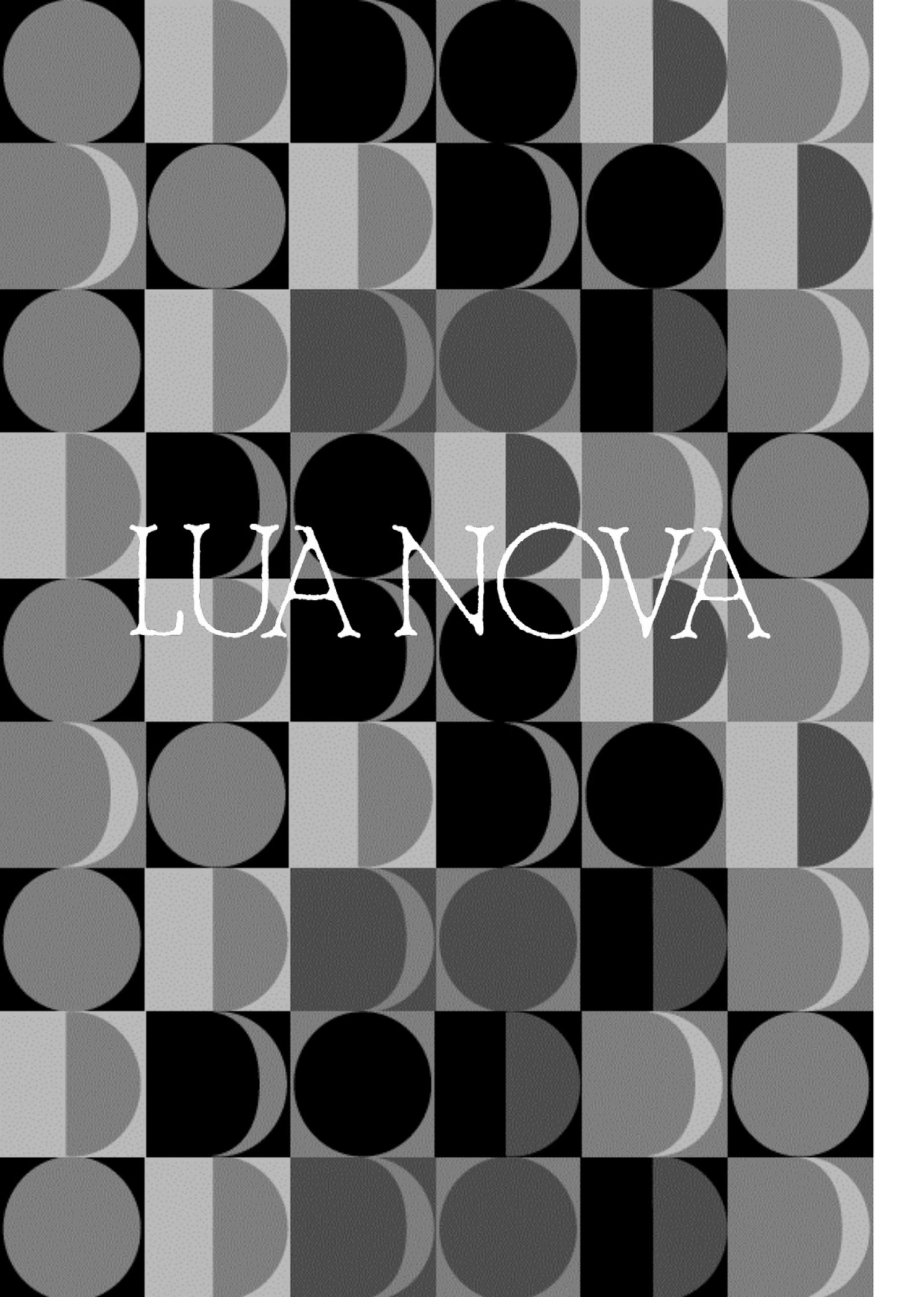
Partidos políticos fortes e representativos; legislativos atuantes e competentes e que sejam capazes de resgatar alguns de seus privilégios fundamentais (o controle do orçamento, por exemplo); sindicatos libertos de uma legislação paternalista oriunda do Estado Novo e que até hoje guarda inspiração fascista — estas são apenas algumas das condições que permitirão o avanço do processo democrático. E que, conseqüentemente, farão com que a ameaça da intervenção militar se configure como uma opção cada vez mais inviável e remota. E isto por duas razões básicas.

É que, de uma parte, são os próprios militares que passam a se subordinar a regras que consagram o regime constitucional estabelecido, na medida em que passam a aceitá-lo como necessário e legítimo. De outra parte, na proporção mesma em que se afirma a supremacia das instituições democráticas, a sociedade passa a contar com mecanismos de defesa que, por assim dizer, tornam impraticável a alternativa militar. Partidos políticos fortes e bem estruturados podem mobilizar milhões de militantes e adeptos, tornando inexecutável o custo político do golpe; sindicatos bem organizados podem paralisar um país; Legislativos eficazes mostram-se capazes de encontrar saídas políticas para os momentos críticos, evitando os impasses e bloqueando a marcha do retrocesso.

Cortar vínculos com a direita

Na história republicana brasileira superpõem-se, em substancial medida, a participação das classes políticas e das lideranças militares. Uma presença militar assim tão entranhada na tessitura de nossa formação social não poderá ser superada de uma hora para outra. Circunstâncias históricas datadas e situadas levaram a um crescente envolvimento dos militares com as malhas do poder; serão os próprios brasileiros que, esforçando-se para entender e reorientar tais circunstâncias, irão criar as condições históricas que conduzam à afirmação e consolidação da democracia.

A corporação militar não é portadora de qualquer malignidade congênita, nem se constitui em uma organização intrinsecamente ligada ao autoritarismo. Cortar os vínculos entre o aparelho militar e as forças mais à direita do espectro político — esta é uma das tarefas cruciais que desafiam a imaginação e o senso político de nosso povo e de suas lideranças. Tarefa que não poderá ser bem-sucedida se o preconceito tomar o lugar da análise pautada pela trama do realismo político. E este deriva por sua vez, inexoravelmente, do choque entre forças que colidem e que querem impor o rumo do processo político. Mudar a correlação de forças a favor dos interesses da maioria da nação é fazer progredir a questão democrática e afastar cada vez mais a hipótese militar.

The background of the image is a 10x6 grid of squares. Each square contains a different grayscale moon phase, such as a full moon, a waxing crescent, a waning gibbous, or a new moon. The phases are arranged in a repeating pattern across the grid.

LUANNOVA